

Ordem de avis



Ordem de São Bento de Avis (inicialmente chamada de Milícia de Évora ou Freires de Évora) foi uma ordem militar de cavaleiros portugueses. Esta ordem parece ter tido origem em Castela como ramo da Ordem de Calatrava, embora muitos historiadores afirmem sua criação em Portugal, no século XII, por D. Afonso Henriques.

O Reino de Portugal, fundado na primeira metade do século XII, não foi apenas contemporâneo das Cruzadas do Oriente, mas conduziu a sua própria guerra de cruzada contra os Mouros - a chamada Reconquista cristã. Nesse contexto, nasceram na Península Ibérica ordens religiosas autônomas, de caráter supranacional, destinadas a expulsar os muçulmanos do território - paralelamente às ordens nascidas na Terra Santa, como os Templários ou os Hospitalários.

Entre as ordens de caráter ibérico, destacam-se a Ordem de Santiago, a Ordem de Alcântara e a Ordem de Calatrava. Esta última, fundada em 1158 com o auxílio do rei Sancho III de Castela, foi logo confirmada por bula papal, adotando a regra de São Bento e a Constituição da Ordem de Cister. Da Ordem de Calatrava viria a nascer como braço autônomo no reino de Portugal, a futura Ordem de São Bento de Avis.

Por seguirem a regra beneditina, daí advém a origem do hábito das ordens de Calatrava e Avis - branco, com uma cruz flordelisada (vermelha, no caso da Ordem de Calatrava, e verde, na de Avis). De igual modo, o estabelecimento dessa regra impedia os seus membros de se casarem (ao contrário de outras ordens religiosas militares, cujos membros eram leigos). Contudo, o concubinato era bastante comum, o que levou a que o Papa Alexandre VI (em 1402) tolerasse o casamento, como forma de prevenir eventuais concubinagens e desregramentos da vida conventual.

Afonso I de Portugal, viria a ocupar Évora cerca de 1165, e cerca de 1175 doaria bens na cidade, intramuros, aos frades de Calatrava instalados em Portugal - donde o primeiro nome dessa milícia em solo lusitano: os freires de Santa Maria de Évora ou milícia de Santa Maria de Évora - a fim de a povoarem, desenvolverem e organizarem. Inclusive, o primeiro rei viria a conceder a um seu filho ilegítimo, Pedro Afonso, mestre da Ordem de Avis, o cargo de primeiro mestre dessa ordem em solo português.

Embora os Freires de Évora mantivessem a obediência que deviam ao seu prior em Castela, cedo, porém ganhou foros de «ordem nacional», sobretudo a partir do momento em que se deslocam para o lugar de Avis, que lhes fora doado em 1211 pelo rei Afonso II. O nobre D. Martins de Avelar assume oficialmente o mestrado da Ordem de Avis até sua súbita morte no verão de 1364. Por volta de 1364, o rei Pedro I de Portugal entrega o mestrado da ordem ao seu bastardo João, filho do relacionamento com uma dama galega de nome Teresa Lourenço. Seria este mesmo João que, após a morte de Fernando, viria a congregar inúmeros apoios na luta contra Beatriz de Portugal, a legítima herdeira do trono, vencer o rei castelhano João I em Aljubarrota e a ser declarado rei pelas Cortes de Coimbra de 1385.

A ascensão de D. João, Mestre de Avis, ao trono de Portugal, ditou, por um lado, a integração do mestrado dessa ordem na Coroa de Portugal (sendo nomeados ou membros da família real, ou nobre da inteira confiança do monarca, como foi o caso do primeiro grão-mestre após D. João, Fernando Rodrigues de Sequeira), e por outro, um maior afastamento face à Ordem de Calatrava; após 1385, os cavaleiros da Ordem recusaram-se a reconhecer o grão-mestre castelhano, Gonçalo de Guzmán, como seu superior.



Isto conduziu inclusivamente a problemas junto do Papado (a que se juntava o posicionamento de ambas as coroas durante o *Grande Cisma do Ocidente*, com João I de Portugal a apoiar o Papa de Roma, e João I de Castela, o cismático de Avinhão), apenas resolvidos definitivamente com o concílio de Basileia-Ferrara-Florença (1431). Por outro lado, a subida ao trono de um mestre de Avis levou a que lhe fosse concedida dispensa canônica para celebrar casamento, já que, ao abrigo da regra beneditina que a Ordem de Avis seguia os membros da dita ordem professava voto de castidade.

Com a subida ao trono de João I de Portugal reacende-se a chama da guerra de cruzada, há muito perdida em Portugal; as conquistas no Magrebe conduzem as ordens religiosas a novas paragens. Assim, os cavaleiros de Avis (bem como os de Cristo, a outra ordem nacional portuguesa) estarão presentes na conquista de Ceuta (1415), bem como no falhado ataque a Tânger (1437), no qual ficou detido (e acabou por morrer em cativeiro com fama de santidade) o infante D. Fernando, o qual era então mestre da Ordem desde 1434. Por sua morte, em Fez, em 1443, passou o mestrado para as mãos do filho mais velho do regente Pedro, Duque de Coimbra, também chamado Pedro (o qual viria a ser, por breve período, rei de Aragão).

A ordem foi depois herdada pelo príncipe D. João (futuro João II de Portugal), pelo seu filho ilegítimo Jorge de Lencastre, e, por morte deste, em 1551 (reinado de João III de Portugal), o grão-mestrado da Ordem de Avis foi incorporado perpetuamente à Coroa, perdendo todo o seu caráter religioso. Nesse mesmo ano, o Papa Júlio III viria permitir que os seus membros pudessem dispor livremente dos seus bens (contrariando também o voto de pobreza feito pelos seus membros). Por esta altura, o único critério que passou a ser necessário para a admissão na Ordem era a pertença ao Estado da Nobreza, o que foi confirmado por um decreto de 1604.

Em 1 de Agosto de 1789, a rainha Maria I de Portugal, com o auxílio do Papa Pio VI, tentou reformar a ordem de Avis, mas acabou apenas por secularizá-las - as três ordens - (Avis, Santiago e de Cristo), embora tivesse mantido o grão-mestrado integrado ainda à Coroa. Desta secularização radicou o nascimento da Banda das Três Ordens (uma faixa tripartida de púrpura, vermelho e verde, representando respectivamente as Ordens de Santiago, Cristo e Avis), com a qual foram desde então agraciados os chefes de Estado portugueses (reis ou presidentes) quando da sua subida ao poder, como símbolo da magistratura que exercem.

*A ordem foi também levada para o Brasil, pelo príncipe regente D. João e, em 1834, o regente D. Pedro, Duque de Bragança, em nome da jovem rainha Maria II, aboliu completamente a ordem. Esta, contudo, viria a ser restaurada em 1894, durante o governo de Hintze Ribeiro, com o caráter de ordem honorífica que ainda hoje mantém, destinando-se a condecorar personalidades militares que tivessem obrado papel de relevo. O Reino de Portugal, fundado na primeira metade do século XII, não foi apenas contemporâneo das Cruzadas do Oriente, mas conduziu a sua própria guerra de cruzada contra os Mouros - a chamada Reconquista cristã. Nesse contexto, nasceram na Península Ibérica ordens religiosas autônomas, de caráter supranacional, destinadas a expulsar os muçulmanos do território - paralelamente às ordens nascidas na Terra Santa, como os **Templários ou os Hospitalários**.*

*Entre as ordens de caráter ibérico, destacam-se a Ordem de Santiago, a Ordem de Alcântara e a Ordem de Calatrava. Esta última, fundada em 1158 com o auxílio do **rei Sancho III de Castela**, foi logo confirmada por bula papal, adoptando a regra de São Bento e a Constituição da Ordem de Cister. Da Ordem de Calatrava viria a nascer como braço autônomo no reino de Portugal, a futura Ordem de São Bento de Avis. Por seguirem a regra beneditina, daí advém a origem do hábito das ordens de Calatrava e Avis - branco, com uma cruz flordelisada (vermelha, no caso da Ordem de Calatrava, e verde, na de Avis). De igual modo, o estabelecimento dessa regra impedia os seus membros de se casarem (ao contrário de outras ordens religiosas militares, cujos membros eram leigos). Contudo, o concubinato era bastante comum, o que levou a que o Papa Alexandre VI (em 1402) tolerasse o casamento, como forma de prevenir eventuais concubinagens e desregramentos da vida conventual.*

Afonso I de Portugal, viria a ocupar Évora cerca de 1165, e cerca de 1175 doaria bens na cidade, intramuros, aos frades de Calatrava instalados em Portugal - donde o primeiro nome dessa milícia em solo lusitano: os freires de Santa Maria de Évora ou milícia de Santa Maria de Évora - a fim de a povoarem, desenvolverem e organizarem. Inclusive, o primeiro rei viria a conceder a um seu filho ilegítimo, Pedro Afonso, mestre da Ordem de Avis, o cargo de primeiro mestre dessa ordem em solo português. Embora os Freires de Évora mantivessem a obediência que deviam ao seu prior em Castela, cedo, porém ganhou foros de «ordem nacional», sobretudo a partir do momento em que se deslocam para o lugar de Avis, que lhes fora doado em 1211 pelo rei Afonso II.

O nobre D. Martins de Avelar assume oficialmente o mestrado da Ordem de Avis até sua súbita morte no verão de 1364. Por volta de 1364, o rei Pedro I de Portugal entrega o mestrado da ordem ao seu bastardo João, filho do relacionamento com uma dama galega de nome Teresa Lourenço. Seria este mesmo João que, após a morte de Fernando, viria a congregar inúmeros apoios na luta contra Beatriz de Portugal, a legítima herdeira do trono, vencer o rei castelhano João I em Aljubarrota e a ser declarado rei pelas Cortes de Coimbra de 1385.

A ascensão de D. João, Mestre de Avis, ao trono de Portugal, ditou, por um lado, a integração do mestrado dessa ordem na Coroa de Portugal (sendo nomeados ou membros da família real, ou nobre da inteira confiança do monarca, como foi o caso

do primeiro grão-mestre após D. João, [Fernando Rodrigues de Sequeira](#)), e por outro, um maior afastamento face à Ordem de Calatrava; após 1385, os cavaleiros da Ordem recusaram-se a reconhecer o grão-mestre castelhano, Gonçalo de Guzmán, como seu superior. Isto conduziu inclusivamente a problemas junto do Papado (a que se juntava o posicionamento de ambas as coroas durante o Grande Cisma do Ocidente, com [João I de Portugal](#) a apoiar o Papa de Roma, e João I de Castela, o cismático de Avinhão), apenas resolvidos definitivamente com o concílio de Basileia-Ferrara-Florença (1431). Por outro lado, a subida ao trono de um mestre de Avis levou a que lhe fosse concedida dispensa canónica para celebrar casamento, já que, ao abrigo da regra beneditina que a Ordem de Avis seguia os membros da dita ordem professava voto de castidade.

Com a subida ao trono de João I de Portugal reacende-se a chama da guerra de cruzada, há muito perdida em Portugal; as conquistas no Magrebe conduzem as ordens religiosas a novas paragens. Assim, os cavaleiros de Avis (bem como os de Cristo, a outra ordem nacional portuguesa) estarão presentes na conquista de Ceuta (1415), bem como no falhado ataque a Tânger (1437), no qual ficou detido (e acabou por morrer em cativeiro com fama de santidade) o infante D. Fernando, o qual era então mestre da Ordem desde 1434.

Por sua morte, em Fez, em 1443, passou o mestrado para as mãos do filho mais velho do regente Pedro, Duque de Coimbra, também chamado Pedro (o qual viria a ser, por breve período, rei de Aragão). A ordem foi depois herdada pelo príncipe D. João (futuro João II de Portugal), pelo seu filho ilegítimo Jorge de Lencastre, e, por morte deste, em 1551 (reinado de João III de Portugal), o grão-mestrado da Ordem de Avis foi incorporado perpetuamente à Coroa, perdendo todo o seu carácter religioso. Nesse mesmo ano, o Papa Júlio III viria permitir que os seus membros pudessem dispor livremente dos seus bens (contrariando também o voto de pobreza feito pelos seus membros). Por esta altura, o único critério que passou a ser necessário para a admissão na Ordem era a pertença ao Estado da Nobreza, o que foi confirmado por um decreto de 1604.

Em 1 de Agosto de 1789, a rainha Maria I de Portugal, com o auxílio do Papa Pio VI, tentou reformar a ordem de Avis, mas acabou apenas por secularizá-las - as três ordens - (Avis, Santiago e de Cristo), embora tivesse mantido o grão-mestrado integrado ainda à Coroa. Desta secularização radicou o nascimento da Banda das Três Ordens (uma faixa tripartida de púrpura, vermelho e verde, representando respectivamente as Ordens de Santiago, Cristo e Avis), com a qual foram desde então agraciados os chefes de Estado portugueses (reis ou presidentes) quando da sua subida ao poder, como símbolo da magistratura que exercem.

A ordem foi também levada para o Brasil, pelo príncipe regente D. João e, em 1834, o regente D. Pedro, Duque de Bragança, em nome da jovem rainha Maria II, aboliu completamente a ordem. Esta, contudo, viria a ser restaurada em 1894, durante o governo de Hintze Ribeiro, com o carácter de ordem honorífica que ainda hoje mantém, destinando-se a condecorar personalidades militares que tivessem obrado papel de relevo.

O Reino de Portugal, fundado na primeira metade do século XII, não foi apenas contemporâneo das Cruzadas do Oriente, mas conduziu a sua própria guerra de cruzada contra os Mouros - a chamada Reconquista cristã. Nesse contexto, nasceram na Península Ibérica ordens religiosas autônomas, de caráter supranacional, destinadas a expulsar os muçulmanos do território - paralelamente às ordens nascidas na Terra Santa, como os Templários ou os Hospitalários.

Entre as ordens de caráter ibérico, destacam-se a Ordem de Santiago, a Ordem de Alcântara e a Ordem de Calatrava. Esta última, fundada em 1158 com o auxílio do rei Sancho III de Castela, foi logo confirmada por bula papal, adotado a regra de São Bento e a Constituição da Ordem de Cister. Da Ordem de Calatrava viria a nascer como braço autônomo no reino de Portugal, a futura Ordem de São Bento de Avis.

Por seguirem a regra beneditina, daí advém a origem do hábito das ordens de Calatrava e Avis - branco, com uma cruz flordelisada (vermelha, no caso da Ordem de Calatrava, e verde, na de Avis). De igual modo, o estabelecimento dessa regra impedia os seus membros de se casarem (ao contrário de outras ordens religiosas militares, cujos membros eram leigos). Contudo, o concubinato era bastante comum, o que levou a que o Papa Alexandre VI (em 1402) tolerasse o casamento, como forma de prevenir eventuais concubinagens e desregramentos da vida conventual.

Afonso I de Portugal, viria a ocupar Évora cerca de 1165, e cerca de 1175 doaria bens na cidade, intramuros, aos frades de Calatrava instalados em Portugal - donde o primeiro nome dessa milícia em solo lusitano: os freires de Santa Maria de Évora ou milícia de Santa Maria de Évora - a fim de a povoarem, desenvolverem e organizarem.

Inclusivamente, o primeiro rei viria a conceder a um seu filho ilegítimo, Pedro Afonso, mestre da Ordem de Avis, o cargo de primeiro mestre dessa ordem em solo português.

Embora os Freires de Évora mantivessem a obediência que deviam ao seu prior em Castela, cedo, porém ganhou foros de «ordem nacional», sobretudo a partir do momento em que se deslocam para o lugar de Avis, que lhes fora doado em 1211 pelo rei Afonso II. O nobre D. Martins de Avelar assume oficialmente o mestrado da Ordem de Avis até sua súbita morte no verão de 1364.

Por volta de 1364, o rei Pedro I de Portugal entrega o mestrado da ordem ao seu bastardo João, filho do relacionamento com uma dama galega de nome Teresa Lourenço. Seria este mesmo João que, após a morte de Fernando, viria a congregar inúmeros apoios na luta contra Beatriz de Portugal, a legítima herdeira do trono, vencer o rei castelhano João I em Aljubarrota e a ser declarado rei pelas Cortes de Coimbra de 1385.

A ascensão de D. João, Mestre de Avis, ao trono de Portugal, ditou, por um lado, a integração do mestrado dessa ordem na Coroa de Portugal (sendo nomeados ou membros da família real, ou nobre da inteira confiança do monarca, como foi o caso do primeiro grão-mestre após D. João, Fernando Rodrigues de Sequeira), e por outro, um maior afastamento face à Ordem de Calatrava; após 1385, os cavaleiros da Ordem recusaram-se a reconhecer o grão-mestre castelhano, Gonçalo de Guzmán, como seu superior. Isto conduziu inclusivamente a problemas junto do Papado (a que se juntava o posicionamento de ambas as coroas durante o Grande Cisma do Ocidente, com João I de Portugal a apoiar o Papa de Roma, e João I de Castela, o cismático de Avinhão), apenas resolvidos definitivamente com o concílio de Basileia-Ferrara-Florença (1431

Por outro lado, a subida ao trono de um mestre de Avis levou a que lhe fosse concedida dispensa canônica para celebrar casamento, já que, ao abrigo da regra beneditina que a Ordem de Avis seguia os membros da dita ordem professava voto de castidade.

Com a subida ao trono de João I de Portugal reacende-se a chama da guerra de cruzada, há muito perdida em Portugal; as conquistas no Magrebe conduzem as ordens religiosas a novas paragens. Assim, os cavaleiros de Avis (bem como os de Cristo, a outra ordem nacional portuguesa) estarão presentes na conquista de Ceuta (1415), bem como no falhado ataque a Tânger (1437), no qual ficou detido (e acabou por morrer em cativeiro com fama de santidade) o infante D. Fernando, o qual era então mestre da Ordem desde 1434. Por sua morte, em Fez, em 1443, passou o mestrado para as mãos do filho mais velho do regente Pedro, Duque de Coimbra, também chamado Pedro (o qual viria a ser, por breve período, rei de Aragão).

A ordem foi depois herdada pelo príncipe D. João (futuro João II de Portugal), pelo seu filho ilegítimo Jorge de Lencastre, e, por morte deste, em 1551 (reinado de João III de Portugal), o grão-mestrado da Ordem de Avis foi incorporado perpetuamente à Coroa, perdendo todo o seu caráter religioso. Nesse mesmo ano, o Papa Júlio III viria permitir que os seus membros pudessem dispor livremente dos seus bens (contrariando também o voto de pobreza feito pelos seus membros). Por esta altura, o único critério que passou a ser necessário para a admissão na Ordem era a pertença ao Estado da Nobreza, o que foi confirmado por um decreto de 1604.

Em 1 de Agosto de 1789, a rainha Maria I de Portugal, com o auxílio do Papa Pio VI, tentou reformar a ordem de Avis, mas acabou apenas por secularizá-las - as três ordens - (Avis, Santiago e de Cristo), embora tivesse mantido o grão-mestrado integrado ainda à Coroa. Desta secularização radicou o nascimento da Banda das Três Ordens (uma faixa tripartida de púrpura, vermelho e verde, representando respectivamente as Ordens de Santiago, Cristo e Avis), com a qual foram desde então agraciados os chefes de Estado portugueses (reis ou presidentes) quando da sua subida ao poder, como símbolo da magistratura que exercem.

A ordem foi também levada para o Brasil, pelo príncipe regente D. João e, em 1834, o regente D. Pedro, Duque de Bragança, em nome da jovem rainha Maria II, aboliu completamente a ordem. Esta, contudo, viria a ser restaurada em 1894, durante o governo de Hintze Ribeiro, com o caráter de ordem honorífica que ainda hoje mantém, destinando-se a condecorar personalidades militares que tivessem obrado papel de relevo.